

"Agora, cuidamos de nossa terra. Olhe! É por isso que ainda existem animais. Se tivéssemos permitido aos brancos entrar, não existiriam mais florestas, nem animais. Meus netos não estariam caçando. Estariam me perguntando: "onde está a floresta, meu avô?". "Não tem mais. Os brancos derrubaram tudo". "Onde tem macaco coati?". "Não tem mais. Os madeireiros acabaram com a floresta". "E anta, onde estão as antas?". "Não tem. Só existia no passado"... É por isso que não queremos que os brancos venham ocupar esta terra. Nós tomamos conta dela".

"Meus netinhos ainda não conhecem tudo. Mas quando crescerem, vou ensiná-los. Iremos conhecer a floresta. Quero que eles venham junto para explicar-lhes onde estão os limites: de um lado, nossas florestas. Do outro, a terra dos brancos. Eu ensino tudo isso aos meus netos". Cacique Waiwai Waiãpi

# Índios Waiãpi dão a volta por cima

TEXTOS E FOTOS: MARCO A. GONÇALVES

Os corpos fartamente decorados com jenipapo e urucum, as flautas de taquara e a presença de chefes e parentes de aldeias distantes indicavam que a ocasião seria especial. A alegria da aldeia Aramirã ressoava na floresta em seu entorno, apesar da chuva intermitente. Abrigados sob o teto de palmeira que recobre as casas, os velhos Waiãpi travavam longas conversas sobre o *caxiri açu* programado para o dia seguinte. As crianças deliciavam-se na lama.

Veza por outra, o ruído de um motor interrompia um discurso. Os velhos viravam-se em direção à Perimetral - estrada maldita, que lhes impôs o contato forçado com a Funai, em 1973, e quase os riscou do mapa, poucos anos depois - para saber quem chegava. Era mais um grupo de *karai-ko* (brancos), convidados para celebrar o encerramento da demarcação da área, que se dirigia ao posto da Funai, há uns 200 metros dali. Vinte e três anos depois daquele desagradável encontro.

Entre os ilustres convidados dos Waiãpi, estavam o governador João Alberto Capiberibe, sua esposa, Janete Capiberibe, a imprensa amapense e os índios Davi Kopenawa e Geraldo Yanomami. A chuva açoitou por quatro dias seguidos a Perimetral Norte, transformando-a em uma trilha de lama. A comitiva do governador atrasou, mas os índios nem notaram.

Cuias com *caxiri*, bebida fermentada preparada a partir da mandioca brava, circularam entre os convidados. Os ânimos foram se embriagando e, no fim da tarde, os Waiãpi comemoraram a volta por cima dançando o *turé*.

## DEMARCAÇÃO

A demarcação da área Waiãpi desafiou incredulos. Normalmente tidos como "coitadinhos", os índios participaram de todas as etapas dos trabalhos, desde as visitas a gabinetes de Brasília, para consolidar os 580 mil hectares que a Constituição lhes

reconhece como de direito.

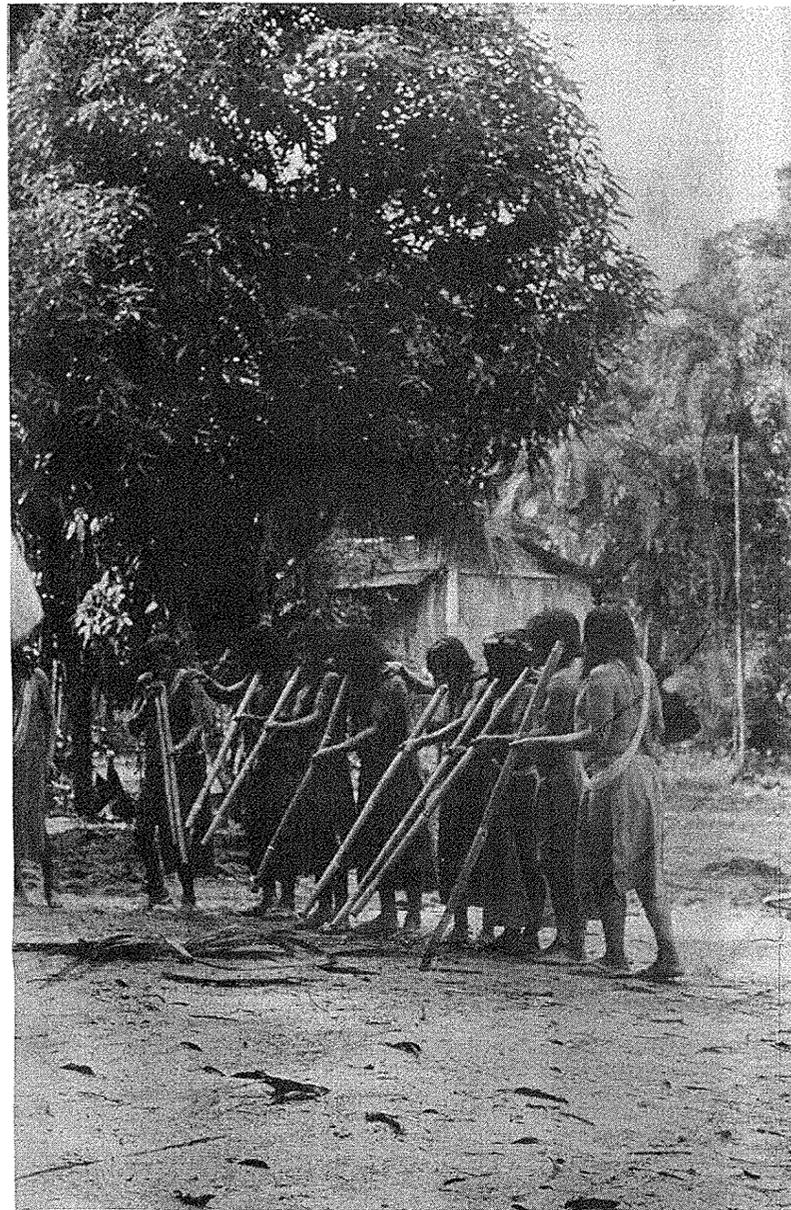
Os trabalhos demarcatórios exigiram dos índios o reconhecimento de mapas, aprender a guiar e consertar veículos e barcos motorizados e a operar sistemas de radiofonia. Alguns Waiãpi, hoje, sabem fazer tudo isso, tão bem (ou melhor) que muitos brancos.

"Essa demarcação só deu certo porque os índios estavam envolvidos no processo desde o começo. Houve um trabalho preliminar de capacitação que foi decisivo", explica o indigenista Pedro Dias Corrêa, do Centro de Trabalho Indigenista (CTI), uma ONG que prepara os Waiãpi para esse desafio desde a década de 80.

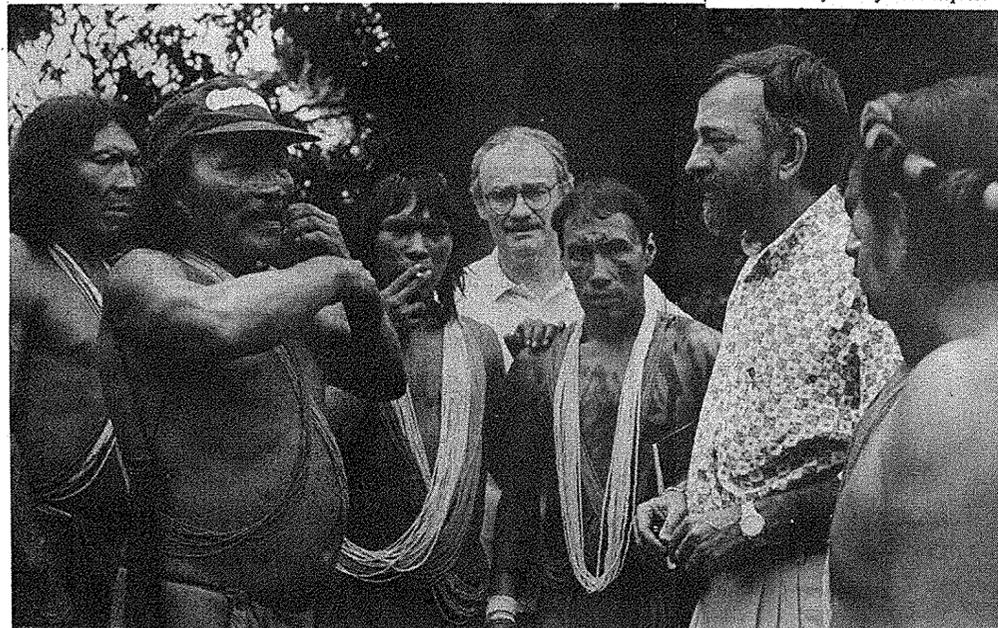
Pelo convênio assinado com a Funai e com a Agência de Cooperação Alemã (GTZ) - financiadora do projeto - ao CTI cabia a coordenação técnica dos trabalhos de campo. Ou seja, garantir o apoio eficiente em situações de necessidades técnicas transitórias, para as quais não havia interesse em investir na capacitação dos índios.

O Projeto Demarcação Waiãpi arriscou em outras frentes. Sua maior preocupação foi assegurar a perenidade da demarcação. "A demarcação pura e simples não garante o domínio das terras pelos índios, como provam demarcações como a Yanomami. Apesar de legalmente demarcada, a área está invadida por garimpeiros", explica o técnico do CTI. Por isso, o projeto teve como meta incrementar a fiscalização dos limites demarcados, coisa que, hoje os Waiãpi fazem autonomamente.

Uma das soluções propostas para a fiscalização das áreas mais distantes foi o plantio de mudas nativas nas picadas abertas nas linhas secas. A idéia tem dupla finalidade: além de estimular a visita dos índios aos limites, haverá produção de cupuaçu, bacuri, pupunha, e de outras frutas comercializáveis com os brancos. "Os índios e o CTI só aceitaram esse projeto



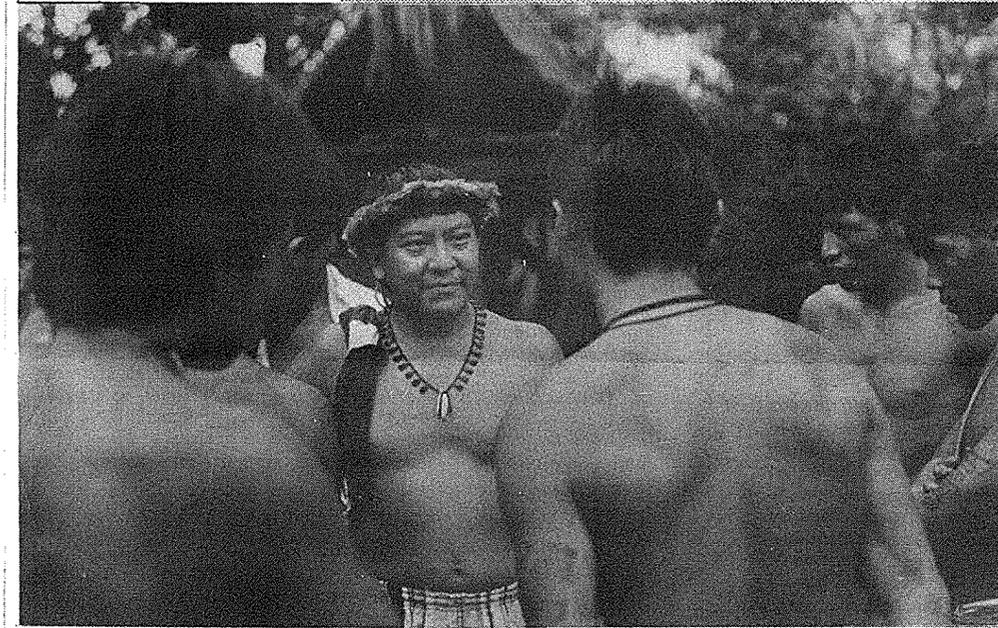
*Turé e caxiri: os Waiãpi festejaram com seus convidados a conclusão da demarcação*



porque estava garantido um período de fiscalização", informa Pedro Dias Corrêa.

Paralelamente, outras medidas complementares à vigilância indígena estão previstas. Uma primeira, prevê o acompanhamento periódico dos confrontantes da área por imagens de satélite. Outra, quer aplicar, pela primeira vez em favor de terras indígenas, a legislação ambiental vigente, para fortalecer o entorno da área demarcada.

Com a demarcação física concluída, os Waiãpi aproveitaram a presença de autoridades da Funai para exigir a homologação e o registro definitivo das terras, no Serviço de Patrimônio da União. "Daqui a dez dias, o memorial descritivo (que indica as informações finais sobre os limites demarcados) estará sendo encaminhado para o ministro da Justiça. Se estiver tudo certo, vai para o presidente que deve assinar e concluir o processo", conclui o indigenista do CTI.



*Davi Yanomami fala aos jovens Waiãpi sobre as coisas de sua aldeia, em Roraima*

## Cronologia da demarcação da área Waiãpi

A peregrinação de líderes Waiãpi em busca de apoio à demarcação de suas terras começou em 1989, quando visitaram foros governamentais e não-governamentais em Brasília. Apenas em 1994 o convênio definitivo que viabilizou os trabalhos demarcatórios foi assinado. Abaixo, os melhores momentos dessa história.

**1991**

A delimitação da Área Indígena Waiãpi e encaminhada pelo Ministério da Justiça, através da publicação, no Diário Oficial da União, da portaria 544/91. A portaria determina também que a demarcação seja executada, mas o Governo Federal não aloca no orçamento da Funai os recursos necessários para os trabalhos.

**1993**

Diante das dificuldades para encontrar

apoio financeiro no Brasil, os líderes Waiwai e Kumai vão para Nova Iorque. Ainda em 93, o banco estatal alemão (KfW) - que participava das discussões sobre o componente Terras Indígenas do PP-G7 - se oferece como financiador da demarcação.

**Dezembro 1993**

Dois representantes da Agência de Cooperação Técnica da Alemanha (GTZ) visitam os Waiãpi na aldeia Aramirã. Junto com os outros parceiros do projeto - os próprios Waiãpi, o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e Funai - são definidas as bases da demarcação.

**Janeiro e fevereiro de 1994**

Os Waiãpi formam as equipes para demarcação, que serão lideradas por sete caciques, seguindo critérios internos de organização política e espacial. Começam as primeiras expedições para a

identificação das cabeceiras dos rios limites e abertura de clareiras. Algumas dessas expedições chegam a durar dois meses.

**Março a agosto de 1994**

Ocorre a segunda série de expedições indígenas em direção aos rios-limite. Os Waiãpi passam a contar com a colaboração de equipes da Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO) para os trabalhos de campo. Em agosto, 17 clareiras haviam sido abertas na floresta.

**Setembro a dezembro de 1994**

Os primeiros marcos geodésicos e de azimute são fixados nas clareiras. É iniciado, ainda, o levantamento geodésico com a utilização de um GPS, a fim de orientar a abertura das visadas nas linhas secas. Em novembro, os Waiãpi plantam roças em quatro das clareiras demarcatórias.

**Janeiro de 1995**

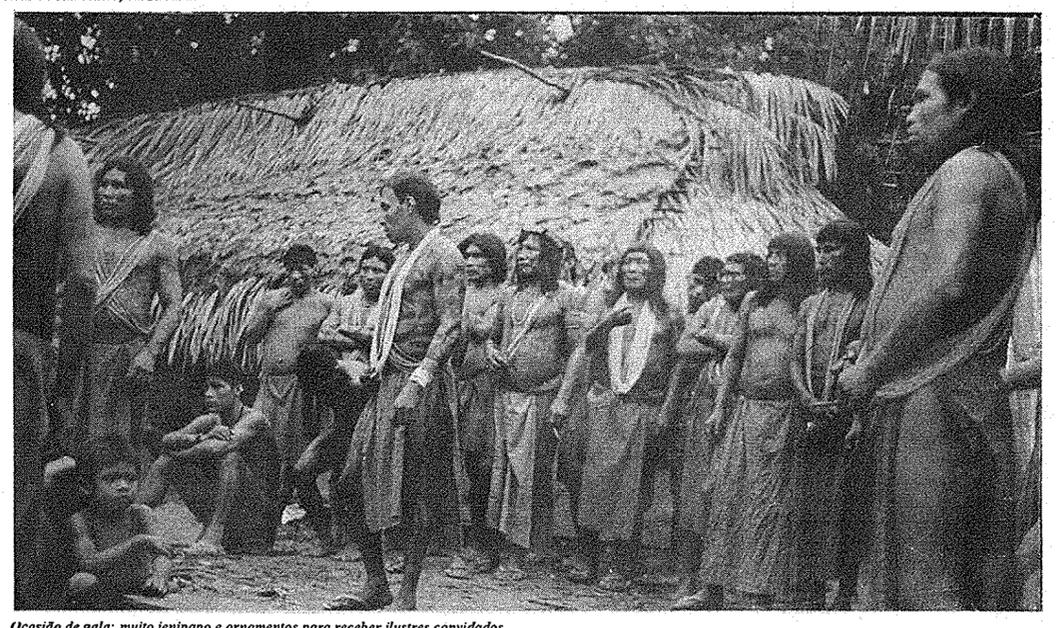
Com a assessoria de um técnico florestal, os índios instalam um viveiro com mudas de espécies frutíferas na aldeia Aramirã. Essas mudas serão plantadas nas picadas das linhas secas, respeitando o calendário agrícola Waiãpi.

**Março a agosto de 1995**

As embocaduras dos afluentes do limite oeste (rios Jani e Mapari) e do limite sul são plaqueadas. No total, são abertos 71,6 quilômetros de picadas na mata, desenhando os contornos dos limites secos da área.

**Setembro de 1995 a janeiro de 1996**

A última picada é aberta e dois de seus trechos são alargados para viabilizar o plantio de cupuaçu e pupunha. Uma expedição Waiãpi dirige-se ao rio Visagem, região com atividade garimpera, para executar seu plaqueamento. O encontro com os garimpeiros não provoca animosidades. Em novembro e dezembro, são abertas clareiras e instalados sete marcos geodésicos entre o rio Ari e o rio Pakwar, uma área montanhosa no nordeste das terras Waiãpi.



*Ocasão de gala: muito jenipapo e ornamentos para receber ilustres convidados*